

**A CRÍTICA HUSSERLIANA AO OBJETIVISMO EVIDENCIADA
ATRAVÉS DA NOÇÃO FENOMENOLÓGICA DE ATITUDE
(*EINSTELLUNG*)**

**THE HUSSERLIAN CRITICAL TO THE OBJECTIVISM
EVIDENCED THROUGH THE NOTION
PHENOMENOLOGICAL OF ATTITUDE (*EINSTELLUNG*)**

Michelle Silvestre Cabral*

Resumo: Através da distinção entre atitude natural e atitude transcendental, Husserl parece fundamentar várias de suas teses, como a diferença do agir propriamente filosófico frente o científico, a necessidade do método fenomenológico na investigação do âmbito subjetivo, etc. Com a exposição e problematização da noção fenomenológica de atitude (*Einstellung*) neste artigo, se pretende trazer luz à crítica desenvolvida pelo fenomenólogo ao objetivismo presente nas ciências particulares, principalmente a partir do período moderno. Tais discussões, permitem a compreensão de que as reflexões husserlianas trouxeram grandes contribuições tanto ao procedimento científico, quanto à tradição fenomenológica de investigação.

Palavras-chave: Edmundo Husserl. Fenomenologia. Objetivismo. Atitude.

Abstract: Through the distinction between natural attitude and transcendental attitude, Husserl seems to support several of his theses, as the difference of acting properly philosophical front the scientific acting, the necessity of the phenomenological method in the inquiry of the subjective scope, etc. With the exposition and questioning of the phenomenological notion of attitude (*Einstellung*) in this article, if it intends to bring light to the critical one developed by the phenomenologist to the present objectivism in particular sciences, mainly from the modern period. Such quarrels, allow the understanding of Husserl's reflections that brought great contributions to both the scientific procedure, as the phenomenological tradition of research.

Keywords: Edmundo Husserl. Phenomenology. Objectivism. Attitude.

* Graduada em filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE e mestre em filosofia também pela UNIOESTE. A pesquisa de mestrado, na área de fenomenologia, centrou-se nas primeiras obras de Edmundo Husserl e leva o título *A questão do mundo na fenomenologia de Edmund Husserl*. michellescabral@hotmail.com

Introdução

A noção de atitude (*Einstellung*)¹ é uma noção forjada propriamente pela fenomenologia, ou seja, é tematizada por Husserl de modo precursor no sentido de demarcar a diferença entre uma atitude ingênua ou ilusoriamente natural (*naturale Einstellung*) em relação ao mundo e o exercício de reflexão radical, que possibilitaria uma atitude fenomenológica (*philosophische Einstellung*) relativamente a este. Tal temática vem sugerir uma problematização referente à forma de comportamento (*Verhalten*), a mais natural ao homem, frente à vida cotidiana em geral. Pode-se encontrar, num texto tardio de Husserl, tal problemática apresentada de modo claro e sucinto:

Falando em termos gerais, atitude significa um estilo habitualmente fixo da vida volitiva em direções da vontade ou interesses por ele prefigurados, em fins últimos, em realizações culturais cujo estilo de conjunto fica, portanto, deste modo determinado. Neste estilo persistente, enquanto forma normal, decorre a vida em cada caso determinada. [...] Na sua situação histórica, a humanidade (ou seja, uma comunidade fechada, como a nação, a tribo, etc.) vive sempre em uma ou outra atitude. A sua vida tem sempre um estilo normal e, nele, uma constante historicidade ou desenvolvimento. (HUSSERL, 2008, p. 25-26).

Conforme o pensamento husserliano, seria possível apreender certo estilo geral, como modo específico de configuração do sentido daquilo que se encontra, o mundo, o qual se determina de distintas maneiras, a partir dos interesses específicos da humanidade em cada momento histórico, e se fixa através do hábito. Tal estilo, enquanto persistente, permite uma caracterização geral da atitude típica das comunidades, correspondendo a sua situação histórico-cultural. Deste modo, ao se considerar universalmente o caráter histórico da existência humana, se pode perceber um “[...] estilo normal do existente humano [que] marca uma primeira historicidade, no interior da qual o estilo normal, de cada vez faticamente atual, do existente criador de cultura permanece formalmente o mesmo [...]” (HUSSERL, 2008, p. 26). Ou seja, seria possível perceber, a partir de uma generalização do modo do existir humano, a forma de uma atitude primeira, originária de relação ao mundo, determinada de acordo com o modo como cada qual se compreende no horizonte de suas possibilidades. Tal

¹ O termo *Einstellung* é traduzido tradicionalmente por *atitude* e em seu significado amplo refere-se a noções como regulagem, ajuste, focagem ou, ainda, contratação, recrutamento e modo de pensar. Embora a tradução brasileira de *Idéias I*, feita por Márcio Suzuki, opte por traduzir tal termo como *orientação*, seguir-se-á aqui a tradução por *atitude*, já mais amplamente consagrada.

compreensão configura, “[...] a forma constante de relação ao que é encontrado, e o que aí surge retira o seu sentido justamente da sua inserção nesse horizonte.” (ALVES, 2003, p. 21). Este modo originário de agir diante do mundo, apreendido em sua generalidade, Husserl denomina de atitude pessoal.

De acordo com Alves, o conceito de atitude, conforme exposto por Husserl, determina não um modo de agir individual em face da realidade conforme esta aparece: o mundo tomado como em si. Antes, diz respeito à *forma que suporta, que sustenta a própria manifestação de algo*, determinando-lhe o sentido, ou seja,

A "atitude" que aqui se revela tem que ver com a própria forma como um *horizonte de encontro* originariamente se configura e com o *sentido* que aí impregna tudo o que nele se manifesta, tudo que pode anunciar-se e aparecer determinadamente como sendo, e como sendo isto ou aquilo. (ALVES, 2003, p. 17).

A forma como a subjetividade compreende a primitiva relação a si e ao mundo caracteriza o agir mais originário do humano diante do mundo, determina, de certo modo, o significado que o próprio mundo adquire em seu aparecer, dito de outro modo, os interesses através dos quais se visa os objetos, que em cada caso aparecem, *prefigura a verdade* do horizonte mundano.

A argumentação husserliana visa a esclarecer como a atitude pessoal, a originária auto-compreensão do subjetivo está pressuposta sempre como fundamento das atitudes práticas ou teóricas de consideração. Ao se postular o subjetivo como instância neutra que meramente encontra e acolhe entidades objetivas como *úteis* ou *descritíveis*, não se leva em consideração como se constitui esta auto-apreensão do subjetivo como tal olhar neutro acolhedor. A primitiva acepção do âmbito subjetivo “deverá [...] ser determinado como um comportar-se, em que há *relação a si mesmo* e *relação ao ente encontrado no espaço aberto dessa primária relação a si.*” (ALVES, 2003, p. 19). Tal deve se revelar como suporte e fundamento de todo outro modo de comportamento para com o mundo. Com o intuito de esclarecer a significação relativa e secundária que Husserl atribui à noção de atitude natural, enquanto uma forma específica da atitude teórica, tentar-se-á apresentar, a seguir, algumas características que se referem a estas noções e as distinções entre as mesmas e a atitude filosófica radical, que Husserl denominará atitude transcendental.

Atitude Natural

A tematização desenvolvida em relação àquilo que Husserl denominou de *atitude natural* diz respeito ao agir ingênuo no qual se está imerso, desde sempre, na vida cotidiana. Neste modo de ser, as coisas possuem o caráter do *disponível* (*vorhanden*), pois são tomadas simplesmente como *dadas*. O caráter de sua validade ou legitimidade não é, ao menos, não sem estranheza, em nenhum momento questionado.

Segundo a argumentação de Husserl, uma das características que definem a atitude natural se refere ao modo de *se dirigir* às coisas na maneira como estas aparecem, um *se dirigir* no qual a hipótese de sua inexistência não se configura como uma possibilidade. Também o ter consciência de um mundo espaço-temporalmente infinito que se encontra imediatamente como estando *aí*, o operar cotidiano com as coisas, o manuseá-las sem maiores reflexões sobre seu valor, seu uso, sua existência, enfim, todo o conjunto dessas ações que tomam o mundo como um dado absoluto e disponível, circunscreve a delimitação de tal atitude. Nesta, poder-se-ia ainda dizer que as coisas se apresentam distribuídas aleatoriamente no espaço, *à disposição*, independentemente do ocupar-se ou não com elas. Nas próprias palavras de Husserl, na atitude natural,

[...] pelo ver, tocar, ouvir etc., nos diferentes modos da percepção sensível, as coisas corpóreas se encontram *simplesmente aí para mim*, numa distribuição espacial qualquer, elas estão, no sentido literal ou figurado, "*à disposição*", quer eu esteja, quer não, particularmente atento a elas e delas me ocupe, observando, pensando, sentindo, querendo. (HUSSERL, 2006, p. 73).

Sob esta atitude, de antemão se sabe que ao mudar a direção da atenção encontrar-se-á outros objetos no espaço circundante, mesmo que este saber não consista num pensamento conceitualizado, ao qual a necessidade da experimentação intuitiva será sempre requerida como comprovação. Nas palavras de Husserl (2006, p. 74), "O atualmente percebido, o mais ou menos claramente co-presente e determinado (ou ao menos razoavelmente determinado) é em parte impregnado, em parte envolto por um horizonte de realidade indeterminada, de que se tem obscuramente consciência". Toda experiência atual está vinculada a tal horizonte, que jamais deixa de estar *aí*, embora nunca seja determinado em sua plenitude. Os objetos se encontram numa certa disposição espacial que se altera em função do movimento do observador, tornando

explícito o que estava oculto e vice-versa. Previamente, postula-se o encontro com objetos em qualquer espaço em que se situe.

Na sucessão temporal também ocorre a pressuposição deste horizonte indeterminado em relação aos momentos inatuais, do passado ou do futuro. Afirma o pensador, “O mundo que agora está a minha disposição, e manifestamente em todo agora em que eu estiver desperto, tem um horizonte temporal infinito, tanto numa direção como noutra, tem seu passado e seu futuro conhecidos e desconhecidos [...]” (HUSSERL, 2006, p. 74). A postulação, não temática, desta presença constante, se estende a uma *permanência* também no tempo que varia em ambas as direções, penetrada com o mesmo sentido de um *fato natural*, ou seja, um *fato necessário*.

Afora as variações possíveis de conteúdo, a referência desempenhada neste modo peculiar do agir, se dirige a um e mesmo mundo que, por sua vez, além de ser mundo de coisas *disponíveis*, é também mundo prático, de valores, de bens, etc. Tais características são parte “constitutiva dos objetos ‘disponíveis’ como tais” e estão presentes na composição desses objetos tanto quanto na constituição dos entes humanos e dos animais que povoam o mundo circundante (HUSSERL, 2006, p. 75). É neste sentido que Husserl afirmará que mesmo numa postura investigativa, descritiva, explicativa, ou de qualquer modo reflexiva, é ao mundo, enquanto horizonte de possibilidades de todas essas posturas, que a consciência se dirige. Afirma o fenomenólogo, “Os complexos de minhas *espontaneidades* de consciência, em suas diversas variações, [...], em suma, a consciência teórica em suas diferentes formas e níveis se refere, portanto, a este mundo, *o mundo em que me encontro e que é ao mesmo tempo mundo que me circunda.*” (HUSSERL, 2006, p. 75).

A aparência de naturalidade que o mundo adquire sob tal atitude, de acordo com o pensador, se constitui como um distanciamento daquilo que, primeiramente, surge como o mais imediato. Na medida em que está pressuposta uma auto-compreensão do subjetivo como *instância contemplativa* que se dirige, se volta aos objetos dados, disponíveis, já se deixou fora de questão as operações constitutivas que possibilitam o acesso a tal concepção. Justamente esse afastamento, consumado na ingênua aparência de uma atitude de proximidade com o mundo, é que constitui o foco da crítica husserliana. Segundo Alves (2003, pp. 290-291):

A atitude natural vive na proximidade das coisas que a cada momento se anunciam no espaço de encontro (nela não tematizado) do mundo. Mas na exata medida em que esse “estar-junto”, determine-se ele já a partir do interesse teórico ou da urgência da vida prática, reenvia para uma operatividade que só se consuma na medida em que se oculta enquanto tal, essa proximidade é, aí, e de um modo só em aparência paradoxal, o índice do maior *afastamento*, pois aquilo que a torna em si mesma possível permanece por essência esquecido na sua funcionalidade.

O interesse específico que caracteriza a atitude natural, na medida em que já pressupõe uma auto-compreensão do âmbito subjetivo em sua primitiva relação a si e ao mundo, se torna uma forma relativa de comportamento. Tanto este quanto os outros modos de atuar estariam retrospectivamente referidos a uma *atitude pessoal*, na medida em que constituiriam modos de conversões (*Umstellung*)² desta (HUSSERL, 2008, p. 62). Husserl situa na Grécia antiga, entre os séculos VII e VI a.C., o local de nascimento da atitude filosófica de relação com o mundo (HUSSERL, 2008, p. 20). No espanto elevado à reflexão diante do mundo circundante que variava de sentido de acordo com a comunidade ou nação à qual se referia, surge o impulso questionador filosófico que busca uma verdade única, isenta de qualquer interesse prático. Verdade não mais entendida como uma *verdade-útil* em algum sentido, como relativa a alguma técnica específica artesanal, de sustento ou de algum modo fática, mas a verdade idêntica, enquanto idéia universal. De acordo com Husserl (2008, p. 33):

Instalado nesta atitude [filosófica], o homem vê, primeiro que tudo o mais, a diversidade das nações, a sua própria e as estrangeiras, cada uma com o seu próprio mundo circundante, que vale evidentemente para ela como o mundo efetivo puro e simples, com as suas tradições, os seus deuses, demônios, as suas potestades míticas. Neste contraste espantoso, sobrevém a distinção entre representação do mundo e mundo efetivo, e surge a nova pergunta pela verdade; por conseguinte, não a verdade do quotidiano, vinculada à tradição, mas antes uma verdade idêntica, válida para todos que não estão ofuscados pela tradição, uma verdade em si.

Ao colocar em questão o horizonte total do mundo, a atitude filosófica visa ao conhecimento de universalidades. Tal agir questionador se configura também como uma conversão da atitude primitiva pessoal, contudo, na medida em que realiza a suspensão desta em prol de uma crítica radical de toda a vida, isto é, da totalidade das formas culturais estabelece sua especificidade frente aos outros modos relativos de

² De acordo com Alves, tradutor do texto, Husserl faz uso de um jogo de palavras entre *Einstellung*, traduzido por “atitude”, e *Umstellung*, reorientação, transposição, conversão.

comportamento (atitude teórica, prática, etc.). A atitude filosófica, antes de se constituir como algo relativo, unilateral, será uma conversão universal pois suspende em conjunto o agir tradicional, bem como todas as verdades admitidas, expressamente ou não, segundo as quais se determina o operar mundano natural.

As ciências específicas têm o seu local de nascimento no seio da filosofia, enquanto também se configuram como uma conversão de atitude diante do mundo. Estas surgem como ramificações da ciência universal filosófica, pois, como afirma Husserl, ao ter início “[...] o interesse pelo todo e, com isso, a pergunta pelo devir omni-englobante, e pelo ser no devir, começa a particularizar-se segundo as formas e regiões gerais do ser – assim se ramifica a Filosofia, a Ciência uma, numa diversidade de ciências particulares.” (HUSSERL, 2008, p. 20). As ciências particulares possuem, de acordo com o fenomenólogo, ao menos em sua origem, o mesmo impulso questionador pelo universal e o mesmo ideal racional de busca por verdades incondicionadas, irrelativas e imparciais.

Sabe-se, contudo, que Husserl será um crítico veemente das ciências específicas, sobretudo no curso de seu desenvolvimento ocorrido durante a modernidade, acusando-as de se desviarem do seu ideal universal de racionalidade absoluta. Tal desvio não consiste numa acusação de fracasso da racionalidade científica, antes se configura como um modo de *alienação* desta, ocorrida por meio do desenvolvimento e conseqüente assimilação do objetivismo e naturalismo pelas mesmas. Segundo o pensador alemão, este desvio de conduta, realizado pelas modernas ciências da natureza, se determina como um afastamento do sentido original do projeto de uma Ciência universal na medida em que se utiliza, para a práxis da vida natural, da aplicação irrestrita de resultados circunscritos a uma esfera específica da teoria desenvolvida pelas ciências especializadas, as quais são elas mesmas limitadas. Nenhuma linha de conhecimento, nenhuma verdade singular pode ser absolutizada e isolada, sob pena de este agir deixar a universalidade do interesse teórico cair na especialização, tornando-se uma técnica (HUSSERL, 2008, p. 29-40).

O naturalismo das ciências específicas

Ao examinar a atividade científica de reflexão acerca dos objetos, aquela relativa ao conhecimento de um modo geral, mediante a qual se elaboram enunciados a seu respeito, põe-se em destaque seu intuito, que é o de compreender e expressar as

experiências *objetivamente*. O termo objetividade é atribuído, na pesquisa científica, àquilo que possui realidade. A postulação de que o conhecimento deve ser objetivo conduz à idéia usual de que, para ser aceita no discurso científico, a experiência cognoscitiva deve estar referida, de algum modo, a uma fundamentação teórica sobre a realidade. Tal perspectiva denota a tendência para considerar a objetividade como uma experiência real do sujeito e remete a uma respectiva concepção de ciência como pesquisa indissociável da prática de *naturalização* das relações cognitivas com os entes. Se a experiência real de um sujeito possui conteúdo psicológico, segundo uma perspectiva naturalista, a representação objetual deverá ser mediada por conceitos, teorias ou, mesmo, por métodos simbólicos que promovam a possibilidade da aplicação de estatísticas ou probabilidades, etc. ao dado em questão. Tudo isso no intuito de realizar um conhecimento concreto e seguro sobre o objeto real.

No modo como as ciências específicas concebem a objetividade, esta se encontra inserida numa relação causal entre duas coisas reais, a saber, o sujeito e o mundo. A objetividade deve ser entendida como o resultado da experimentação sobre o real e seus componentes (os aspectos referentes à apreensão interna da materialidade do fenômeno físico). O domínio positivo das ciências da natureza só emerge no seio de uma atitude teórica, cujo modelo deve ser o juízo e a sua adequação.

Segundo Husserl, o problema do método científico da natureza é justamente partir de uma subjetividade empiricamente concebida, orientando-se por referência abstrativa a um ente real para atingir um estado de coisas transcendente, ou melhor, não dado no modo da efetividade da experiência cognoscitiva. Dessa maneira, pode-se dizer que a pesquisa científica finda por não alcançar plenamente a objetividade, pois, ao postular o objeto como um elemento transcendente aos limites da própria experiência, não consegue atingir os meios para efetivamente experienciá-lo. Na medida em que a objetividade científica inclui a transcendência na experiência do sujeito, o objeto mesmo não possui o caráter de dado intuitivo; logo, somente poderá ser obtido a partir de processos metodológicos que permitam abstraí-lo a partir do mundo externo. Nesse caso, o conhecimento será sempre uma intenção na relação entre sujeito e objeto, que, uma vez exteriormente referidos um ao outro, não podem propiciar um esclarecimento último dessa relação. A subjetividade e a objetividade em questão são abordadas cientificamente como constituindo uma relação onde as intenções do sujeito empírico se voltam para a determinabilidade causal entre eventos de natureza essencialmente distinta. O problema que se impõe, diante disso, se refere à possibilidade do

conhecimento, na medida em que este se traduz no alcance, pela imanência, do transcendente. A este respeito, afirma Moura (2006, p. 43):

A consciência e o corpo formam uma unidade psicofísica, ambos são camadas pertencentes ao mundo, separados apenas metodicamente. Essa idéia de uma justaposição entre subjetividade e corpo, separados metodicamente por um processo de abstração, será característica do “modo de pensamento” que [...] Husserl atribuirá à atitude natural: nessa atitude a psique e a natureza física, na qual está incluído o corpo, separam-se como dois componentes de *um mesmo mundo*.

Neste contexto, ao conceber a subjetividade cognoscente como uma esfera psicológica, obtida por abstração do corpo, o psicologismo termina por admiti-la como oposta a outra *região*, a do mundo empírico-físico. Segundo Moura (1998, p. 197), “[...] a independência da subjetividade em relação ao mundo será interpretada como a separação (*Trennung*) entre duas substâncias”. Esta concepção está fundamentada sobre uma tese de fundo que concebe o mundo através da oposição entre duas “regiões de seres” (MOURA, 1998). Tal *dualismo* torna natural ou, até mesmo, inevitável uma linguagem representacional, a qual promove a ligação entre o *interior* psicológico e o *exterior* empírico. De acordo com a *acepção naturalista*, o problema mais importante deve se referir à questão sobre o valor objetivo das representações.

A experimentação científica postula, por exemplo, a tese da existência de qualidades primárias e secundárias nos objetos. Segundo tal definição, às qualidades primárias corresponderiam características geométrico-físicas e às secundárias aparências sensíveis subjetivas. As primeiras possibilitariam um conhecimento válido e verdadeiro do mundo, pois este pode ser objetivo. Já as segundas representariam meros índices, sinais subjetivos que indicam a existência das características primárias. Contudo, se a coisa física verdadeira e objetiva não é aquela que *aparece*, não poderá ser ela o correlato da percepção. Indaga Husserl: “[...] *o que entra na composição real concreta da própria percepção como cogitatio?*” (HUSSERL, 2006, p. 97). Para o filósofo alemão, a tese de que no fenômeno da percepção o que se percebe é apenas uma imagem do objeto real consiste em ser a consequência necessária e mais imediata da tese dualística de interpretação do mundo³.

Ao acompanhar a descrição de como opera a ciência, em sua *acepção naturalista*, frente à questão do conhecimento, se pode constatar que esta se desenvolve, generalizadamente, a partir de uma tese subjacente que postula a primazia incondicional

³ Sobre a crítica husserliana a tese da percepção enquanto imagem do objeto percebido, ver HUSSERL, 1929, p. 527-530; ou, ainda, CABRAL, 2010.

da objetividade contraposta à subjetividade. Torna-se lícito afirmar que o arquétipo do conhecimento científico moderno se institui a partir desta distinção estabelecida entre *sujeito-cognoscente e mundo-cognoscível*. O problema básico presente nesta concepção, que compreende a natureza como uma oposição entre regiões de seres distintas, é que, ao encerrar a consciência em si mesma, ela converte os seus juízos em juízos de presunção, ou seja, em juízos que pretendem dizer a verdade a respeito do mundo que, em todo o caso, lhe é exterior, verdade que de fato o traduza. Segundo Husserl, é por formular tais tipos de juízos, *distanciados* das próprias coisas, que “a ciência não consegue construir um sistema de verdades ‘absolutas’, [...] precisa o tempo todo modificar as ‘verdades’ adquiridas [...] e tende por aí ir para um horizonte infinito de aproximações [...]” (HUSSERL, 2001, p. 30). Encerrando-se em si mesmo, o sujeito afasta ao mesmo tempo o mundo como o fora de si. Tal afastamento é o que torna necessária a mediação da *teoria*, do conceito ou, ainda, da representação para unir o exterior ao interior. A natureza é assumida como um fato que demanda a elaboração, a partir da ciência, de métodos eficientes que promovam o (re)encontro de tais regiões.

Pode-se constatar que tal procedimento científico-natural *pressupõe* a possibilidade do conhecimento, de forma que sua fundamentação escapa ao âmbito das ciências específicas. O que estas se colocam como questão se refere à pretensão de validade do conhecimento adquirido, ou seja, se preocupam principalmente em determinar até que ponto as teorias desenvolvidas a partir da análise e observação dos dados são formalmente coerentes e se estas cumprem com suas funções de adequação e confirmação entre juízo/representação e objeto experimentado. Tal reflexão, contudo, não alcança, segundo Husserl, o nível mais radical do questionamento acerca da possibilidade do conhecimento, na medida em que a existência dos dados empíricos é sempre pressuposta. A admissão, pelas ciências naturalmente orientadas, da presença objetiva que opera como corpo de conhecimento não questionável, denota uma ingenuidade impregnada em seu próprio proceder.

A solução para a questão do fundamento deverá ser buscada por meio da compreensão de que o procedimento científico exato deve ser relativizado, não devendo se estender ao âmbito da subjetividade conhecedora. Uma reflexão radical deverá evidenciar que o âmbito da subjetividade possui particularidade própria e necessita ser considerado a partir de uma mudança de *atitude*. Para Husserl, tal mudança é possível e deverá ser efetuada conscientemente com intuito de promover a determinação de um âmbito absoluto de dados, os quais permitirão fundamentar não apenas as questões

específicas das ciências naturais, como também a própria questão sobre a possibilidade de um conhecimento científico verdadeiramente válido. Segundo o fenomenólogo, este é o problema preeminente imposto à filosofia e, enquanto não for solucionado, o conhecer enquanto tal permanecerá enigmático e submetido ao ceticismo.

Atitude Transcendental

Conforme descrito acima, o método científico por excelência, instaurado pela moderna ciência da natureza, é o método naturalista, segundo o qual conhecimento válido é sinônimo de conhecimento estabelecido objetivamente. O procedimento objetivo-natural, contudo, não poderá servir à fenomenologia enquanto ciência eidética, na medida em que esta se destaca da concepção dualística do mundo. A atitude filosófica radical, de acordo com Husserl, exigirá uma crítica categórica não apenas dos pressupostos subjacentes aos axiomas naturalistas das ciências positivas, mas, a partir da delimitação de seu campo temático como um âmbito independente de conhecimento, a recusa da transposição do método objetivo-natural à esfera da subjetividade.

O fundamento de tal problematização em torno da questão da universalidade do método científico de natureza objetivista, no modo proposto pela fenomenologia husserliana, pode ser indicado numa discussão que tem início já no texto das *Investigações* entre ciências de caráter descritivo (*deskriptive Wissenschaft*) e ciências de caráter teórico (*theoretische Wissenschaft*) (MOURA, 1989, p. 11-31). Segundo Moura, o que Husserl perseguia naquele momento era uma distinção entre psicologia descritiva e genética, e tal distinção se baseava fundamentalmente na diferença entre *explicação* e *descrição*. O que está em jogo neste debate é o caráter da filosofia enquanto ciência de essências. Husserl identificava o modelo *teórico* ao método dedutivo das ciências positivas e requeria para a fenomenologia o procedimento descritivo, na medida em que esta tratava exclusivamente do âmbito dos objetos ideais. Afirma Moura (1989, p. 29):

O conceito de “tipo teórico” reenvia ao modo de conexão das verdades no discurso científico, que Husserl já sistematizara nos *Prolegômenos*, levado pela preocupação básica em estabelecer a distância da “psicologia descritiva” à “psicologia genética”. [...] Essa exigência de fundamentação e de conexão sistemática leva à identificação entre ciência e *teoria* [...]. A oposição entre “explicação” e “descrição” será conseqüência dessa disjunção entre fenomenologia e teoria.

O método fenomenológico propõe a substituição da explicação pela descrição, justamente por não se interessar em investigar *por que* algo ocorre ou funciona. A explicação pretende compreender os objetos através de *teorias*, de modo exterior a estes. Neste caso, não se obtém uma visão direta ou imediata do dado analisado. A descrição, em contrapartida, se volta àquilo que está diante da percepção como fenômeno diretamente percebido. Esta é uma diferença essencial, estipulada por Husserl, entre os procedimentos metodológicos da filosofia em relação aos da ciência positivo-natural, respectivamente, naquilo que se refere à descrição e à explicação. A descrição se dirige ao objeto presente tal como ele é, ou seja, ela começa a partir do momento em que se institui uma base segura do ponto de vista intuitivo. A explicação, ao contrário, se apropria do recurso à linguagem, para entender, de modo mediatizado, aquilo que a mente toma como objeto, partindo, muitas vezes, do que não está claramente dado como algo evidente. O conhecimento descritivo mantém uma conexão imediata com a referência de sua objetualidade, que já é um dado evidente à consciência. Neste sentido, continua Moura (1989, p. 29-30):

Essa oposição, elaborada para distinguir a psicologia descritiva da psicologia genética, terminará por fazer da descrição a expressão do divórcio radical entre a fenomenologia e os saberes positivos, quando Husserl for tomando consciência de que a “atitude natural” não implica apenas em um interesse por determinado conjunto de “objetos”, mas implica também em um modo de pensamento, estabelecendo então que a consciência no seu comportamento “teórico” relaciona-se à atitude natural.

Nas investigações científico-naturais, de acordo com a fenomenologia husserliana, a objetividade é preconcebida como algo dado e, se a própria coisa não está imediatamente presente, pode ser postulada hipotética ou probabilisticamente. O domínio do hipotético é descrito como aquele no qual se propõe um modelo para entender e explicar aquilo que não se tem de modo direto. A atitude teórica, neste ínterim, caracteriza e fundamenta o comportamento explicitativo, científico ou natural, do homem diante do mundo, tomado como substrato lógico de predicções, que ele simplesmente acolhe como dado. Conforme Alves (2003, p. 18):

Na sua máxima generalidade, a “atitude teórica” determina-se como um *ver que entende*. O seu correlato é aquilo que *pura e simplesmente é*. [...] Segundo o seu sentido, a atitude teórica vive desta pressuposição de uma esfera de objetividade que o conhecer meramente encontra e eleva a uma expressão, uma esfera de objetividade que é conduzida à forma de um saber, o qual, firmado nessa posição prévia de um “em-si”, é imediatamente investido de uma universal validade.

Sob o fundo desse comportar-se, supostamente originário, é que Husserl estabelece a distinção mais ampla da fenomenologia. É justamente no desmascarar essa falsa originariedade da atitude teórica diante do mundo, atitude que já sempre *pressupõe* uma esfera de objetividade *em-si*, que surge a possibilidade de conceber a filosofia como radicalmente distinta das ciências positivas e do agir natural no mundo. A partir da problematização referente à noção de atitude, Husserl fundamenta a possibilidade de pensar um *apriori* da correlação entre *consciência e objeto intencional*, a partir do qual perde sentido todo o modo de pensamento *natural* que postule a dicotomia interior-exterior ou, ainda, imanência-transcendência. Este âmbito *apriorístico* de correlação seria ontologicamente anterior a qualquer modo de teorização ingênua.

Tais problemas, hauridos a partir de uma concepção fundamentalmente naturalista do mundo levam Husserl a afirmar a necessidade urgente de uma mudança de *atitude* frente à questão sobre os fundamentos do conhecimento. No texto de *Idéias I*, o fenomenólogo desenvolve inicialmente sua argumentação no sentido de demonstrar a possibilidade de princípio de realização de tal mudança. Segundo ele, o fato de a consciência estar constantemente referida ao mundo circundante, em seu caráter de efetividade (*Wirklichkeit*), não implica necessariamente a articulação de juízos de existência (*Existenz*) em relação a ele. Assegura o pensador:

A tese geral, em virtude da qual se está constantemente consciente do mundo circundante real, [...] como “efetividade” *estando aí*, naturalmente *não* consiste *num ato específico próprio*, num juízo articulado *sobre* existência. [...] Se expressamos esse juízo, nós sabemos, no entanto, que nele apenas tornamos tema e apreendemos predicativamente algo que já estava de alguma maneira contido de forma não-temática, impensada, não-predicativa, na experiência originária, vale dizer, no experienciado, com o caráter do “disponível”. (HUSSERL, 2006, p. 78).

A atitude propriamente filosófica será caracterizada como uma reflexão radical efetuada em relação à totalidade dos atos que se possa assumir ou realizar enquanto se está imerso na atitude natural. Dado que os modos do comportar-se ingênuo diante do mundo pressupõem a crença subjacente em relação a este, a nova atitude deverá ser tão abrangente a ponto de incluir reflexivamente em sua inspeção o conjunto total das mudanças de atenção ou foco naturais, exigindo, ao mesmo tempo, um desprendimento da postura assumida naturalmente, em prol de um novo modo de consideração, a saber, o fenomenológico- transcendental. Neste sentido, afirma Alves (2003, p. 289):

No recuo relativamente à apercepção mundana, a consciência separa-se das suas formas de entrada em cena na conexão do mundo; ela não se colhe já na sua *positividade*, como esfera do psíquico que é relativa a um eu posto perante outros eus no horizonte global do mundo nos seus estratos naturais e culturais.

Somente através deste recuo estratégico se poderá desvendar as operações constitutivas que entram em cena na formação do sentido (*Sinn*) e da validade (*Geltung*) do caráter de disponibilidade na qual o mundo se apresenta à consciência irrefletida. Na atitude natural a imersão ingênua no mundo continua válida e operante, enquanto a atitude filosófica demanda uma abstenção em relação a tal imersão. Conforme Alves (2003, p. 290): “A ‘atitude de espírito filosófica’ não é [...] o lugar onde a atitude natural se ‘refuta’ ou se vê radicalmente alterada no seu teor de sentido, mas o lugar onde ela é elevada a um exercício de radical autocompreensão da sua intrínseca possibilidade”.

Depreende-se disso que a proposta husserliana não se refere a uma mudança no modo de intencionar o mundo, como quando se passa da convicção à dúvida ou da dúvida para a certeza, o que ainda consistiria em se movimentar no âmbito natural. O que está implícito ao agir filosófico radical se refere antes a um desinteresse relativo ao envolvimento intencional com o mundo. O termo utilizado por Husserl para traduzir tal descomprometimento é o de *espectador desinteressado* (*uninteressierter Zuschauer*). Na medida em que a atitude transcendental consiste em assumir uma postura contemplativa direcionada às intencionalidades operantes, o exercício mesmo de uma intenção qualquer deve ser anulado, neutralizado.

Para assegurar a mudança de atitude do pensamento ingênuo para o autenticamente filosófico, a investigação fenomenológica sobre a questão do conhecimento deve começar por depurar-se, de modo que esta possa contribuir para a instauração de uma esfera transcendental de dados absolutos. Segundo Onate (2008, p. 14):

O filósofo *in statu nascendi* deve decidir-se por não ser mais um sujeito ingênuo do conhecimento, que se abandona simples e diretamente à apreensão dos objetos a ele apresentados. Seja na experiência cotidiana ou na experiência científica, ele passa a exercitar uma reflexão rigorosa acerca do estatuto daquilo que se apresenta. Predomina um espírito de radicalidade [...].

O ato de reflexão, exigido pela fenomenologia, altera o estado ingênuo da apreensão justamente por tomar por escopo o que a princípio é *estado* e não *objeto*, ou

seja, a reflexão se dirige não ao objeto do ato perceptivo, imaginativo, etc., mas ao próprio ato de percepção e à sua orientação perceptiva em direção a algo (HUSSERL, 2001b, p. 51-52)⁴. É essencial ao ato reflexivo a alteração do caráter de espontaneidade do ato primitivo ao qual se dirige. A partir da radicalidade imposta pela mudança de atitude frente à totalidade dos vividos que preenche a vida subjetiva, tais atos reflexivos constituem o meio metódico através do qual o *ego*, como espectador desinteressado, se desdobra sobre si a fim de realizar, de modo adequado, a pura descrição de seu conteúdo. O procedimento genuinamente livre de preconceitos e capaz de proporcionar acesso ao âmbito de fundamentação absoluta para o conhecimento se constitui por meio da realização de atos descritivos fundados em *intuições originariamente doadoras*, cujo ver (*Sehen*) é dotado de plena clareza⁵. A este respeito afirma Alves (2003, p. 291):

Se a fenomenologia é, segundo a sua pretensão, a resposta cabal à idéia de cientificidade, isso advém da circunstância de, nela, por vez primeira se conciliarem as tensões divergentes que historicamente atuaram nas diversas tentativas de fundação do saber e nas formas dissolventes da crítica cética. De fato, aí onde o em si do mundo e da verdade são firmemente mantidos como outras tantas exigências de um saber autêntico, permanece no entanto infundada a própria possibilidade da relação do em si às prestações subjetivas em que o saber consiste, de modo que este se deve desenvolver na base de uma *ingenuidade* primeira, ou seja, de uma ausência de crítica.

A realização dessa mudança de atitude consiste em ser a única maneira de resolver os problemas relativos à possibilidade do conhecimento e de responder ao problema de sua fundação; o que será proporcionado por uma distinção essencial no próprio modo de tratar a questão. Husserl afirma que sua teoria não pretende garantir o acesso da consciência natural à natureza física. Embora a fenomenologia transcendental se dirija aos mesmos objetos que as ciências naturais, ela o faz em uma *atitude diferente*, pois não apenas o modo de agir será distinto daquele da ciência natural, mas

⁴ Husserl distingue entre reflexão natural e reflexão transcendental, na medida em que esta última exige a realização da *epoché* fenomenológica, ou seja, a reflexão transcendental opera a partir da suspensão da posição de existência implicada no conjunto dos atos realizados desde uma perspectiva natural.

⁵ De acordo com Husserl, todo ato de consciência possibilita intuir objetividades, pois a intuição é o meio de acesso direto aos objetos, contudo cada qual possui seus níveis próprios de clareza. Em nota ao §3 de *Idéias I* o tradutor Márcio Suzuki ressalta que, do ponto de vista lingüístico, Husserl se utiliza do parentesco lexical de “visão” (*Erschauung*) e “intuição” (*Anschauung*) para justificar a coincidência entre ambos os atos. Parentesco este que o português “intuição” perdeu por não fazer mais referência ao termo “visão”, contida, inclusive, no latim *intueor*, que significa “olhar”, “considerar”. A percepção sensível, enquanto *percepção doadora originária*, possui, em certo aspecto, primazia frente aos outros modos de intuição, visto que somente ela apresenta o dado *em carne e osso*, ou seja, possibilita a presença do objeto efetivamente; ao contrário, ver-se-á que a intuição de essência, produzida a partir de qualquer tipo de intuição individual, constitui a *intuição doadora originária*, porque permite *ver a índole do objeto com tudo aquilo que lhe constitui essencialmente*. Neste sentido, a intuição de essência deverá ser o ato privilegiado no âmbito fenomenológico de investigações.

as metas e objetivos desta serão outros, na medida em que, sob a nova orientação, as próprias concepções fundamentais de consciência, experiência e fenômeno são transformadas e visadas em um sentido completamente novo.

“Na orientação natural”, que também adotamos no pensamento científico em virtude dos hábitos mais firmes e inabaláveis, tomamos tudo o que encontramos na reflexão psicológica como eventos reais do mundo, como vividos de seres animais. É tão natural que o vejamos apenas como tal, que, já familiarizados com a possibilidade da orientação modificada e em busca do novo domínio de objetos, não notamos de modo algum que é dessas esferas mesmas de vividos que surge, com a nova orientação, o novo domínio. (HUSSERL, 2006, p. 84).

Enquanto na atitude natural o interesse está voltado ao objeto enquanto algo transcendente, abrindo caminho apenas para o conhecimento objetivo, na atitude fenomenológica todo e qualquer interesse teórico sobre o mundo objetivo deverá ser neutralizado. O conhecimento enquanto tal ganha novo estatuto de sentido no momento em que ele passa a se referir a um âmbito absoluto: o âmbito dos vividos puros da consciência. Trata-se de um deslizar do plano natural, contingente do mundo empiricamente concebido, ao âmbito onde se instaura esse caráter de naturalidade, de transcendência. Segundo Husserl, somente através desse exercício, por meio do qual a transcendência se revela como um modo de apresentação do objeto em geral, se poderá, legitimamente, re-encontrar o mundo, ou seja, restituir-lhe o caráter de validade.

Referências

ALVES, Pedro Manuel Santos. *Subjectividade e tempo na fenomenologia de Husserl*.

Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2003.

CABRAL, Michelle Silvestre. A noção husserliana de consciência intencional e suas

origens. *Intuitio*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p.120-138, jun. 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/view/6829/5173>>.

Acesso em: 02 de fev. 2011.

HUSSERL, *A crise da humanidade européia e a filosofia*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008. Disponível em:

<http://www.lusosofia.net/textos/husserl_edmund_crise_da_humanidade_europeia_filosofia.pdf>. Acesso em 24 de juh. 2010.

_____. *Idéias para uma Fenomenologia Pura e para uma Filosofia Fenomenológica*:

Introdução geral à fenomenologia pura. Aparecida: Idéias & Letras, 2006.

_____. *Investigaciones Lógicas*, 1 e 2. Madri: Revista de Occidente, 1929.

_____. *Meditações Cartesianas*. São Paulo: Madras, 2001.

MOURA, Carlos Alberto Ribeiro de. *Crítica da razão na fenomenologia*. São Paulo: Nova Stella, Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

_____. Husserl: significação e fenômeno. *Dois pontos*, Curitiba/São Carlos, v. 3, n. 1, p. 37-61, abr. 2006. Disponível em:

<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/doispontos/article/view/5172/3889>>. Acesso em: 13 de mai. 2010.

ONATE, Alberto Marcos. Interesse e desinteresse na fenomenologia husserliana. In: Souza, Ricardo Timm; Oliveira, Nythamar Fernandes de. (Org.). *Fenomenologia hoje III: bioética, biotecnologia, biopolítica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 13-25.

Artigo recebido em: 03/02/11

Aceito em: 18/07/11